

UNIDADE DIDÁTICA II – COLONIZAÇÃO: A PARTILHA DAS AMÉRICAS

1. A AMÉRICA PORTUGUESA

As estruturas colonialistas e as relações estabelecidas entre as metrópoles europeias e suas colônias americanas modificaram-se com o passar do tempo e de acordo com os acontecimentos vividos nas diferentes nações colonizadoras. As relações metrópole-colônia também foram influenciadas pelas relações desenvolvidas entre as potências (sejam coloniais ou não). A distinção dos projetos coloniais de cada potência definia de que forma as metrópoles iriam se relacionar com suas colônias e seus habitantes locais (nesse caso indígenas).

As regras vigentes para o mercantilismo foram norteadoras para as atividades coloniais. A busca era por metais preciosos. O metalismo consistia em fator determinante para consolidação do Estado-nação nascente. O monopólio comercial ou no caso específico colonial era chamado de “exclusivo comercial”. Este adotou formas diversas de acordo com o período e consistia na seguinte lógica: para enriquecer o país era necessário não permitir que os demais também o fizessem, garantindo o maior número de moedas em circulação dentro da nação.

Na maior parte dos casos, a colonização se deu através das grandes propriedades, utilizando-se de mão-de-obra escrava. A relação foi desigual de dominação, atendendo aos interesses mercantilistas. A estrutura do sistema colonialista buscava uma relação bastante clara: a colônia deveria fornecer matéria prima à metrópole e, ainda, gerar um mercado consumidor, colaborando assim para uma balança comercial favorável.

Por sua vez, os povos colonizados tiveram que aceitar a autoridade do Estado colonizador, pacificamente ou não. Nesse sentido, os países católicos possuíam um forte aliado: a Igreja, que tratava de impor efetivamente os preceitos da mesma e sucessivamente os do Estado. Porém, até mesmo a relação Estado – Igreja foi abalada em diversos momentos do processo de colonização.

Foram os portugueses os pioneiros nas grandes navegações e na colonização da América. Foram, ainda, os primeiros a transferir recursos humanos e financeiros da Europa para uma colônia, com o intuito de torná-la rentável. Inicialmente, o atrativo encontrado pelos lusos foi a comercialização do pau-brasil, que utilizou o escambo (troca sem uso de dinheiro) e a mão-de-obra indígena. Para

isso foram instaladas na costa brasileira as feitorias, lugares que funcionavam como depósito da madeira que seria enviada parte para Portugal e parte negociada pelos participantes do consórcio de exploração.

A madeira não despertou o interesse somente de portugueses. Franceses também vieram atrás do pau-brasil, pois toda a Europa importava esta matéria-prima do Oriente. Portugueses e franceses se associaram às diferentes tribos indígenas, que já possuíam relações conflituosas entre si. Os franceses se valeram desses conflitos para estabelecer concorrência com Portugal. Em função do novo cenário, Portugal sentiu a necessidade de povoar as terras brasileiras, para que fosse garantida sua posse:

(...) O Brasil foi arrendado por três anos a um consórcio de comerciantes de Lisboa, liderado pelo cristão-novo Fernão de Loronha ou Noronha, que recebeu o monopólio comercial, obrigando-se em troca, ao que parece, a enviar seis navios a cada ano para explorar trezentas léguas (cerca de 2 mil quilômetros) da costa e construir uma feitoria(...). (FAUSTO, 2003, p.)

Foi no ano de 1530 que se deu a efetiva ocupação da colônia, por meio da implantação do sistema de capitanias hereditárias, já utilizado pelos portugueses com êxito nas ilhas da Madeira e dos Açores. Nesse momento, o Brasil foi dividido em quatorze ou quinze capitanias hereditárias (a própria historiografia é divergente quanto ao número exato). Essas faixas de terras foram concedidas a donatários que, por sua vez, poderiam distribuir terras aos colonos - as chamadas sesmarias. Primeiramente foram doadas as terras e tudo que nelas contivesse; num segundo momento os donatários foram obrigados a pagar impostos. Os donatários tinham o dever de povoar e desenvolver o território, o que necessitava de investimento. Alguns donatários sequer chegaram ao Brasil para tomar posse da terra, enquanto outros não tiveram sucesso. A resistência indígena colaborou em muito para esse insucesso. O destaque ficou por conta das capitanias de Pernambuco e de São Vicente – das poucas que obtiveram desenvolvimento econômico.

Já numa terceira fase da colonização, foi criado o Governo-Geral. As pretensões da Coroa portuguesa pouco tinham mudado: o povoamento era ainda seu objetivo principal. Agora, porém, centralizando a política e a administração das capitanias que passavam para as mãos reais. Foram criados cargos administrativos

nos setores: jurídico, de defesa e de finanças, superiores aos donatários. A capitania da Bahia foi a primeira capitania real – escolhida para ser a sede do Governo Geral¹.



MAPA 1: As Capitanias Hereditárias

Fonte: ARRUDA, José Jobson de A.

Tomé de Souza tornou-se o primeiro Governador-Geral. Esse foi o momento da chegada dos jesuítas ao território brasileiro e o início da catequização do indígena, projeto que teve continuidade nos outros governos. Jesuítas e o próprio Governo Geral entraram em conflito direto com os donatários, em função da mão-de-obra indígena utilizada no período. A aceitação do governo por parte dos donatários não foi total. Alguns donatários questionaram as modificações, alegando que vinham de encontro aos acordos anteriormente firmados (capitanias hereditárias).

¹ ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. Toda a História: História Geral e História do Brasil. 13.ed. São Paulo: Ática, 2007, 728 p.

Uma colônia de exploração, sem comercialização interna e sem comunicação eficaz entre as capitanias. Este é o retrato do Brasil no século XVI, o que dificultou a efetiva centralização de poder, que na prática estava nas mãos dos componentes das Câmaras Municipais (com três cargos de vereador ocupados pela elite local). Na tentativa de sanar as dificuldades encontradas para centralizar o poder nas mãos da coroa, a colônia foi dividida em dois governos-gerais: o do Norte e o do Sul. Tal medida também não trouxe resultado, havendo o retorno ao modelo anterior.

Questões primordiais da colonização e da colônia propriamente dita, como a escravidão, o empreendimento canavieiro e o ciclo do ouro serão abordadas em outras unidades didáticas.

2. A AMÉRICA ESPANHOLA

Foi com a exploração colonial que os espanhóis tornaram-se uma potência europeia no século XVI. A mineração foi a principal fonte de rentabilidade das colônias espanholas, que praticaram fortemente o “exclusivo comercial”, obrigando os colonos a negociarem somente com a metrópole.

A organização política, administrativa e territorial da América Espanhola deu-se com a divisão de suas terras em vice-reinos e capitanias gerais. Foram eles: vice-reinos do Rio da Prata, da Nova Granada, do Peru e da Nova Espanha; e as capitanias do Chile, de Cuba, da Florida, da Guatemala e da Venezuela.

No caso espanhol, a Igreja Católica também procedeu a catequização do indígena e instalou tribunais de Inquisição em dois vice-reinos, o que não aconteceu com colônias portuguesas. Podemos entender a Igreja Católica como legitimadora do poder do Estado, atribuindo a ele, inclusive, o poder divino (não podemos esquecer que estávamos vivendo o absolutismo na Europa). As ações dos reis católicos Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão, fossem quais fossem, foram justificadas pela igreja. Porém, a busca de enriquecimento rápido do Estado espanhol se contrapunha ao discurso católico, o que posteriormente provocou desacordo entre ambos.

As primeiras tentativas de explorar as colônias foram por meio de troca com os habitantes locais. Num segundo momento, a escravidão chegou a ser praticada, porém não teve boa aceitação por parte dos espanhóis. Outras motivações políticas, religiosas e principalmente administrativas da colônia fizeram os reis suspenderem o

tráfico de escravos e declarar que colonos americanos eram livres. Visualizamos no mapa acima a composição da América espanhola². O intuito da coroa era não permitir que colonos aqui instalados construíssem um grande poder local.



MAPA 2: A América espanhola

Fonte: ARRUDA, José Jobson de A.

Os regimes de trabalho aplicados a partir de então assumiram diversas formas e nomes, porém ficaram evidentes as semelhanças com o escravismo, que minimamente podemos chamar de trabalho compulsório. Como o objetivo espanhol era extrair o máximo de riqueza das terras americanas no menor tempo possível, continuavam a valer-se da escravidão, agora indígena, como fonte de mão-de-obra, muito parecida com a escravidão africana. Porém, aqui, esta forma de trabalho

² ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. Toda a História: História Geral e História do Brasil. 13.ed. São Paulo: Ática, 2007, 728 p.

recebeu o nome de *encomienda* (que poderia ser de trabalho ou de tributos). Os colonos podiam explorar os indígenas (certo número por colono) e tinham por obrigação convertê-los ao cristianismo.

Outra forma de trabalho foi o *repartimiento*, onde certo número de nativos era distribuído para os funcionários reais, com o intuito de aumentar seus rendimentos. Posteriormente, surgiu a *mita*, que consistia na rotatividade de trabalhadores, surgida quando foram descobertas as minas de metais preciosos em colônias espanholas (nas regiões atuais do México e do Peru). Nesse novo regime de trabalho, os nativos trabalhavam, ou pelo menos deveriam trabalhar uma semana e descansar duas. Na prática não era exatamente o que ocorria. Esse regime levou à morte grande número de indígenas. Ainda em função da descoberta de minas, outra forma de trabalho surgiria: o *cuatequil*, em princípio, muito semelhante à mita.

Decorrente da falta de atenção ao setor, a América Espanhola sofreu diretamente com a crise de abastecimento de alimentos, fato que também ocorria na Europa. Os colonizadores preocupavam-se apenas com metais e deixaram o campo abandonado à própria sorte. O indígena era retirado da terra produtiva para trabalhar nos regimes forçados destinados ao enriquecimento do Estado, o que colaborou para o agravamento do problema, associado ao crescente número de espanhóis que para região migravam. Posteriormente, os mineradores visualizaram na agricultura um negócio rentável e a ela se voltaram.

3. A COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA DO NORTE

A colonização inglesa, parte da “colonização tardia” como são conhecidas aquelas que se deram depois da portuguesa e da espanhola, teve início em meados do século XVII. Os ingleses detiveram-se na América do Norte que, por sua vez, foi dividida em três regiões: as colônias inglesas do Sul, as do Centro e as do Norte.

Os colonos ingleses que povoaram a região não vieram em missão de converter ou catequizar como portugueses e espanhóis. A tolerância religiosa (quando a religião era cristã) era preceito na Nova Inglaterra. Não poderia ser diferente, visto a perseguição praticada por adeptos da Igreja Anglicana às demais religiões. Este foi um dos fatores que determinou a transferência de parte da população inglesa para a América do Norte.

Aqueles que se estabeleceram na região pretendiam permanecer e não apenas lucrar com as atividades que a colônia pudesse desenvolver. Desenvolveram uma colônia de povoamento. A Inglaterra não praticava o “exclusivo comercial”, o que já a diferenciava dos demais modelos colonizadores. Os colonos que se instalaram na região podiam comercializar com outros países.

De grande relevância, no que diz respeito à população que se estabeleceu nas colônias do norte, foi o perfil e a motivação dos colonos. Além dos conflitos religiosos, questões políticas e econômicas vividas durante o período na Europa contribuíram para vinda de ingleses. Facilidades foram oferecidas por empresas – as companhias criadas para exploração colonial. Aqueles que quisessem vir para América e não tivessem condições, poderiam receber passagens e o que fosse necessário, mediante trabalho por determinado período de tempo. Na época, a “Nova Inglaterra”, como era conhecida a região, estava dividida em treze colônias.

As colônias enfrentaram grandes conflitos. As diferentes tribos indígenas (que se apresentavam em grande número) se uniram para resistir à dominação inglesa. Porém, quando houve interesses ingleses em jogo, ocorreram alianças com as tribos indígenas, como foi o caso da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), onde indígenas defenderam o território inglês dos ataques franceses.

Às colônias do sul foram aplicadas medidas semelhantes às aquelas das colônias portuguesas. Dedicaram-se a monocultura, destinada à exportação, valendo-se do trabalho escravo africano. Naquela época, a compra de africanos para trabalho escravo em lavoura já estava consolidada pelos demais impérios coloniais: Espanha e Portugal.

Já nas colônias do Norte, onde o solo não era apropriado para o mesmo tipo de cultivo, a colônia não poderia atender aos interesses da metrópole e do sistema mercantilista. Nesse caso, a produtividade ficou por conta do “trabalho livre” familiar ou, no máximo, uma servidão temporária. Os colonos desenvolveram a policultura, o comércio e a atividade pesqueira. Aqueles que pagavam impostos tinham direito ao voto e as decisões eram tomadas de acordo com os interesses da maioria.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História:** História Geral e História do Brasil. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

CROUZET, Maurice. A América Portuguesa. In:_____. **História Geral das Civilizações:** o século XVIII – O último século do Antigo Regime. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. V. 11.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 660 p.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **Américas:** uma introdução histórica. 2. ed. São Paulo: Atual, 1992. p. 31-49.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil no contexto da história ocidental.** 8. ed. São Paulo: Atual, 2003. 602p.